

NA CAMINHADA PARA EDUCAR JOVENS E ADULTOS PERPASSEI PELA ALFABETIZAÇÃO E PELO LETRAMENTO

Autor; Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem
Universidade de Brasília – UNB
Keila.nubia@hotmail.com

RESUMO: De acordo com Veiga (2007), desde 1940 a Educação de Jovens e Adultos vem sendo considerada um problema de políticas públicas no Brasil. Alfabetizar esses jovens e adultos ainda é uma tarefa nebulosa e nem sempre alcançada. A complexidade dessa modalidade de ensino, muitas vezes, inibi o avanço nas providências por parte do governo. É imprescindível que haja estudos para a eficiência da alfabetização de jovens e adultos que não tiveram o direito do acesso e da permanência na escola assegurados na idade apropriada. Diante dessa realidade, o objetivo deste trabalho é a) apresentar porque é tão difícil para alunos e professores compreenderem que apenas aprenderem a decodificar e a escrever, não é o suficiente para fazerem parte de uma cultura de letramento; b) apontar a diferença entre ser letrado e alfabetizado; e c) apontar quais as políticas públicas realizadas a partir do período do governo militar até os dias atuais.

Palavras-chaves: Alfabetização; Letramento; Educação de Jovens e Adultos (EJA).

ABSTRACT: According to Veiga (2007), since 1940 the Youth and Adult Education has been considered a problem of public policies in Brazil. Alphabetize these young people and adults is still a nebulous task and not always achieved. The complexity of this type of education often inhibit the advancement in action by the government. It is essential that there are studies for youth literacy efficiency and adults who did not have the right of access and permanence in school provided at the appropriate age. Given this reality, the objective of this paper is a) to present why it is so difficult for students and teachers understand that just learning to decode and writing it is not enough to be part of a literacy culture; b) tell the difference between being literate and literate; and c) point which public policies carried out from the military government of the period to the present day.

Keywords: Alphabetization; Literacy; Youth and Adults Education.

1 INTRODUÇÃO

A palavra analfabetismo é usada no Brasil com muita frequência e há muitos anos. No Brasil império havia uma grande discrepância entre os ditos “letrados”, os quais pertenciam à elite brasileira e a grande massa os ditos analfabetos. Em relação à educação, um hiato se formava no tocante à elite e a maioria da população. Segundo Carvalho (1981, p. 64), Entre a população escrava o índice de analfabetismo atingia

99,9% em 1872. A má qualidade do censo de 1890 pode ser responsável pelo declínio indicado para esse ano na taxa de alfabetização, mas a taxa real não deveria ser muito mais alta, pois em 1920, 30 anos mais tarde, os analfabetos ainda representavam 76% da população total.

No ano de 2017, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) o Brasil ainda tem 13 milhões de analfabetos e não consegue reduzir esse número há três anos, porém, transformar a condição de um cidadão analfabeto ou analfabeto funcional em um cidadão alfabetizado e letrado não é uma tarefa fácil, principalmente quando trata-se de jovens e adultos. Porém, para compreendermos esse hiato existente na educação brasileira de jovens e adultos vamos esclarecer o que é ser um cidadão alfabetizado e letrado? Que transformações o ensino de jovens e adultos sofreu a partir do período militar e quais medidas são adotadas hoje pelo Governo do DF?

2 ALFABETIZAÇÃO

O termo alfabetismo funcional foi cunhado nos Estados Unidos na década de 1930 e utilizado pelo exército norte-americano durante a Segunda Guerra, indicando a capacidade de entender instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares (Castell, Luke & MacLennan 1986). Segundo Ribeiro (1997), a partir de então, o termo passou a ser utilizado para designar a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos, domésticos ou de trabalho, muitas vezes colocado em contraposição a uma concepção mais tradicional e acadêmica, fortemente referida a práticas de leitura com fins estéticos e à erudição. Em alguns casos, o termo analfabetismo funcional foi utilizado também para designar um meio termo entre o analfabetismo absoluto e o domínio pleno e versátil da leitura e da escrita, ou um nível de habilidades restrito às tarefas mais rudimentares referentes à “sobrevivência” nas sociedades industriais. Há ainda um conjunto de fenômenos relacionados que podem ser associados ao termo analfabetismo funcional, por exemplo, o analfabetismo por regressão, que caracterizaria grupos que, tendo alguma vez aprendido a ler e escrever, devido ao não uso dessas habilidades, retornam à condição de analfabetos.

A ampla disseminação do termo analfabetismo funcional em âmbito mundial deveu-se basicamente à ação da Unesco, que adotou o termo na definição de alfabetização que propôs, em 1978, visando padronizar as estatísticas educacionais e influenciar as políticas educativas dos países-membros. A definição de alfabetização que a Unesco propusera em 1958 fazia referência à capacidade de ler compreensivamente ou escrever um enunciado curto e simples relacionado à sua vida diária. Vinte anos depois, a mesma Unesco proporia outra definição, qualificando a

alfabetização de funcional, quando suficiente para que os indivíduos possam inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capazes de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade. O qualitativo funcional insere a definição do alfabetismo na perspectiva do relativismo sociocultural. Tal definição já não visa limitar a competência ao seu nível mais simples (ler e escrever enunciados simples referidos à vida diária), mas abrigar graus e tipos diversos de habilidades, de acordo com as necessidades impostas pelos contextos econômicos, políticos ou socioculturais.

Em relação à alfabetização, segundo a conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990, a alfabetização passa a ser um instrumento eficaz para a aprendizagem, para o acesso e para a elaboração da informação, para criação de novos conhecimentos e para a participação na própria cultura e na cultura mundial nascente.

De acordo com Soares (1999), a alfabetização é entendida como apropriação da dinâmica ou da “tecnologia” da leitura e da escrita. Essa apropriação envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos em relação ao sistema da língua. Por exemplo é preciso saber coisas, que desenhos são diferentes de letras, e a escrita é um sistema de representação; que a língua é som; que a língua é alfabética e ortográfica, isto é, estabelece-se na relação fonema/grafema e há uma convenção sobre a forma de grafar as palavras. No processo de alfabetização, o alfabetizando descobre o segredo de que é preciso juntar letras para formar sílabas, juntar as sílabas em palavras, juntar palavras em frases e as frases em textos.

Durante muito tempo, a alfabetização foi entendida como mera aquisição de um código fundado na relação entre fonemas e grafemas, ou seja, a codificação através da escrita e decodificação através da leitura, em seu sentido mais restrito, ser alfabetizado era aprender a ler e a escrever. A sociedade exigia pouco, uma vez que, a maioria das pessoas era analfabeta e as práticas de leitura e escrita eram reduzidas. A simples consciência fonológica que permitia aos sujeitos associar sons e letras para produzir/interpretar palavras (ou frases curtas) parecia ser suficiente para diferenciar o alfabetizado do analfabeto.

3 LETRAMENTO

Com as mudanças sociais, culturais, tecnológicas e econômicas, oriundas do final do século XX, em todo o mundo e particularmente nos países em avanço tecnológico, a necessidade de ir além da decodificação e da prática de desenhar letras começou a se fazer presente. Ou seja, o homem para conquistar melhores empregos, ter boas oportunidades de crescimento e

sentir-se parte dessa sociedade letrada, deveria ter um maior entendimento do uso desse código, uma compreensão do texto lido, uma preocupação com o uso social da leitura e da escrita. Com base nessa crescente necessidade, segundo Soares (2004), em meados de 1980, países como França, Portugal, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil observaram o surgimento do termo *Letramento*. Esse termo ganhou nomes diferentes, mas sua essência manteve-se inalterada. Na França denomina-se *Illetrisme*, em Portugal *Literacia*, na Inglaterra e nos Estados Unidos *Literacy* e no Brasil *Letramento*. No Brasil, o termo foi utilizado pela primeira vez em 1986, por Mary Kato segundo a qual, letramento é o processo ou efeito da aprendizagem da leitura e da escrita.

Etimologicamente, a palavra *literacy* tem sua origem no latim *littera* que significa letra, com a junção do sufixo *-cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser. No Webster's Dictionary, *literacy* quer dizer a condição de ser *literate*, palavra que ainda não tem uma correspondente em português, mas que designa educado, especialmente, capaz de ler e escrever, aquele que vive em estado ou na condição de saber ler e escrever. Segundo Magda Soares (2009 p. 17 e 18) *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está a idéia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la. Em outras palavras: do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever – *alfabetizar-se*, deixar de ser *analfabeto*, tornar-se *alfabetizado*, adquirir a “tecnologia” do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita (...). Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

Ao se discutir letramento é notório seu vínculo ao conceito de alfabetização, o que tem levado a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos. Essa fusão dos dois termos tem conduzido a um certo apagamento da alfabetização e uma exaltação do conceito de letramento, mesmo que as produções acadêmicas apontem para uma diferenciação entre os termos. O fato de se aproximar letramento e alfabetização tem causado concepções equivocadas, uma vez que os dois fenômenos não devem ser confundidos, e principalmente fundidos. Embora a relação entre alfabetização e letramento seja inegável, além de necessária, é preciso ficar clara a especificidade de cada um dos fenômenos.

Soares (2009) usa a palavra *alfabetizado* para designar aquele que apenas aprendeu a ler e a escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropria da leitura e da escrita,

incorporando as práticas sociais que as demandam. Alfabetização é a ação de ensinar/aprender a ler e a escrever. Já o letramento é estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. Letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais. Em outras palavras, letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social. O letramento é, sem dúvida alguma, pelo menos nas modernas sociedades industrializadas, um direito humano absoluto, independentemente das condições econômicas e sociais em que um dado grupo humano esteja inserido; dados sobre letramento representam, assim, o grau em que esse direito está distribuído entre a população e foi efetivamente alcançando por ela.

4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

A atenção à Educação de Jovens e Adultos ganhou notoriedade, do Governo Federal, após o fim da II Guerra Mundial (1939 – 1945). O Brasil vivia ainda o fim da ditadura do Estado Novo (1937 – 1945) do Governo de Getúlio Vargas. A constituição brasileira era outorgada (A polaca) de inspiração fascista. Segundo Paiva (2003), o “final da Guerra influi no sentido de se enfatizar a necessidade da educação das massas. Desde o início dos anos 1940, a discussão do problema da educação dos adultos já começava a se destacar na educação popular em geral.”

Germano (2000), afirma que na verdade, em que pese a força das armas, o Estado Militar necessita de bases de legitimação, da adesão de uma parte dos intelectuais, das camadas médias e das massas populares. Daí os apelos constrantes à democracia e à liberdade, quando estas eram duramente golpeadas por ele; daí a proclamação em favor da erradicação da miséria social quando, na prática, as suas políticas concorriam para manter ou mesmo aumentar de forma dramática os índices de pobreza relativa – mesmo num contexto de crescimento econômico –, mediante a intensificação da exploração da força de trabalho, da concentração desmedida da renda e da manutenção de um numeroso exército industrial de reserva. Daí o discurso favorável à erradicação do analfabetismo, a valorização e expansão da educação escolar (reformas ousadas foram propostas com este objetivo), quando o setor era penalizado com forte repressão política, insuficiência e mesmo diminuição das verbas consignadas no orçamento da União, além da malversação dos recursos públicos destinados à área educacional.

No Brasil, uma grande parte da população pertence a classe subalterna, ou seja, jamais foram à

escola, no entanto, em 1969, o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi criado pela ditadura militar, mas seu início efetivou-se em 1970. Esse programa tinha por finalidade erradicar o analfabetismo de jovens e adultos. Seu lançamento foi realizado com um enorme alarde, para atingir a grande massa com o propósito de buscar legitimação. Germano (2000) cita as palavras do ministro Jarbas Passarinho, a alunos do Mobral, incluídas num dos livros de “educação integrada”, sob a forma de carta: “O Presidente Médici designou o analfabetismo no Brasil como uma vergonha nacional. Nós começamos a combatê-la e a reduzir o número de analfabetos. O governo ainda quer ir adiante. Ele quer que você faça o curso de educação integrada. É um curso cujo material agora chega às suas mãos através do Mobral. Eu acho que você dentro de um ano terá concluído com ele a primeira etapa de sua formação: o primário”.

Um grande número de cidadãos das camadas populares tiveram acesso à escola, mas essa educação oferecida foi de segunda categoria, de baixa qualidade. Tendo muita evasão e repetência. Pereira (2007, p. 15-16) aponta que um dos objetivos centrais do Mobral:

era formar mão de obra para empresas, estabelecendo relações entre a alfabetização e as necessidades econômicas do país. Os projetos de alfabetização, nessa concepção, deveriam ter um caráter assistencialista e conservador.

O Mobral foi um movimento marcante no cenário educacional brasileiro. Dotado de boa quantidade de recursos, mas sem demonstrar preocupação com a qualidade do ensino da leitura e da escrita aos alfabetizandos, Galvão e Soares (2010, p. 46) afirmaram que “o Mobral surge com força e muitos recursos. Recruta alfabetizadores sem muita exigência: repete-se, assim, a despreocupação com o fazer e o saber docentes – qualquer um que saiba ler e escrever pode também ensinar.”

Acreditar que “quem sabe ler ensina a ler” acarretou, em parte, no fracasso do Mobral. Sauner (2002) afirma que os alfabetizadores eram “pessoas que não eram capacitadas para o trabalho em educação, que recebiam um ‘cursinho’ de treinamento de como aplicar o material didático fornecido pelo Mobral.” (p. 59) Segundo essa autora (2002), o Mobral ensinava apenas a mecânica da leitura e da escrita, portanto, não alfabetizavam. O resultado foram alunos mal preparados. Dos egressos do Mobral, quando iniciavam a primeira série do ensino supletivo, alguns não estavam alfabetizados, outros apenas semialfabetizados, sabendo escrever o próprio nome e conhecendo as vogais e algumas letras.

5 UM OLHAR ATUAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

O Brasil tem hoje cerca de 207.660.929 habitantes segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No último Censo demográfico (2016), realizado pelo mesmo instituto o Brasil, ainda, mostra números preocupantes em relação ao número de analfabetos. O Brasil tem cerca de 11,8 milhões de analfabetos, o que corresponde a 7,2% da população de 15 anos ou mais. Distribuindo pelas regiões, a região Nordeste apresenta 14,8% de pessoas não alfabetizadas, a partir de 15 anos de vida, depois a região Norte com 8,5%; a região Centro Oeste com 5,7%; a região Sudeste apresenta 3,8%; e o Sul com o menor índice com 3,6% de pessoas sem escolarização. O Distrito Federal, no último senso realizado pelo IBGE em 2017, apresentava 3.039.444 habitantes, e há um número significativo de analfabetos, segundo o mesmo censo, o número é de 71.053 pessoas que correspondem a 3%, da população, acima dos 10 anos de idade.

A Educação de Jovens e Adultos está assegurada na Lei nº 9.394/1996 - em seu Art. 4º, que ressalta o dever do Estado com a educação pública que é efetivada “mediante a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria”. A Gerência de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Distrito Federal **GEJA-SEDF**, possui uma Proposta Pedagógica com os seguintes objetivos específicos: estabelecer as diretrizes pedagógicas para as instituições educacionais que oferecem Educação de Jovens e Adultos (EJA); viabilizar a oferta de ensino compatível com a demanda social; diagnosticar, analisar, acompanhar e orientar as ações do processo pedagógico nas instituições educacionais que oferecem Educação de Jovens e Adultos; incentivar a participação e a integração de toda a comunidade escolar no processo de construção e execução das propostas pedagógicas das instituições educacionais; viabilizar condições de acesso, permanência e sucesso aos estudantes com necessidades educacionais especiais egressos de classes especiais ou de Centro de Educação Especial em condições de pouca escolarização e, portanto, em situação de defasagem idade/série.

Os cursos de EJA no Distrito Federal estão estruturados em: 1º Segmento equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, é presencial e tem uma carga horária de 1600 horas; 2º Segmento equivalente aos anos finais do Ensino Fundamental, apresenta uma carga horária de 1600 horas todas presenciais e 3º Segmento equivalente ao Ensino Médio possui uma carga horária de 1200 horas também presencial.

A EJA tem os mesmos princípios da Educação Básica, tornando os conteúdos meios para o desenvolvimento dos processos cognitivos, privilegiando a capacidade de pensar e desenvolvendo

a competência de processar as experiências de aprendizagem com autonomia intelectual e com destaque para o fato de que os jovens e adultos tenham: desejo de aprender; um ensino prático; o aprendizado centrado em problemas reais; uma melhor aprendizagem em ambiente informal; melhor aproveitamento por meio da variedade de métodos, recursos e procedimentos de ensino; oportunidade de descobrir e de construir por si mesmos. A seleção e a organização das atividades ou experiências de aprendizagem pressupõem alguns critérios que se relacionam diretamente com: o contexto do aluno; o nível de desenvolvimento do aluno; os objetivos pretendidos; as normas e os valores que serão cultivados; as competências, as habilidades e os procedimentos requisitos.

A maioria dos alunos da EJA são trabalhadores, empregadas domésticas, vendedores, jardineiros, pedreiros, faxineiros, carpinteiros, do lar, dentre outros. Alguns deles já possuem conhecimento sobre o mundo letrado, conhecimento adquirido em breves passagens pelas instituições educacionais ou durante a realização de atividades cotidianas. Devido a esse fato, há uma flexibilidade quanto à presença e pontualidade dos alunos. O número de faltas e os atrasos dos mesmos não os impede de continuar participando das atividades estabelecidas pela coordenação pedagógica da escola, entendendo-se que muitos são trabalhadores. A Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF), na modalidade EJA, oferta a alfabetização no noturno e em várias escolas das regiões administrativas.

A Matriz Curricular da Educação de Jovens e Adultos da SEEDF, como meio de agilizar o processo de avanço do aluno em sua vida escolar, adota o regime semestral (supletivo) no período noturno. O 1º segmento é dividido em quatro semestres. Para um melhor entendimento, cada semestre corresponde à uma das quatro séries iniciais do antigo 1º Grau, hoje, Ensino Fundamental de 9 anos. Se o aluno desenvolver sua aprendizagem com sucesso em dois anos terá cumprido o 1º Segmento da EJA, sendo apto a cursar o 2º Segmento, que corresponde a quatro semestres, que são a 5ª; 6ª; 7ª e 8ª séries do mencionado 1º Grau.

A SEEDF iniciou em 2005 a implantação gradativa do ensino de 9 anos nas instituições educacionais vinculadas à Rede pública de Ensino, tendo como estratégia pedagógica o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), desenvolvido nos três primeiros anos, com crianças a partir de 6 anos de idade. A universalização dessa nova matriz curricular ocorreu em 2008, no 1º ano. Se analisarmos a estrutura organizada pela SEEDF para a EJA e para Ensino Fundamental de 9 anos podemos inferir que essa Secretaria afirma que 2 semestres de EJA correspondem a 3 anos do Ensino Fundamental atual. Isso implica um desfalque de 400 horas aula, no processo de

aprendizagem e desenvolvimento da alfabetização e letramentos na EJA comparando com o número de horas aulas do EF séries iniciais-programa BIA.

No dia 20 de julho de 2012, a SEEDF lançou o Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota – “A revolução social deve buscar sua poesia no futuro”. O item 8.6 Educação de Jovens e Adultos: fortalecendo o Direito à Educação, traz a seguinte introdução:

A educação de jovens e adultos é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos inseridos no mundo do trabalho, com empregabilidade ou não, que buscam iniciar ou continuar seu percurso escolar. Os casos de interrupção no processo de escolarização são motivados por fatores sociais, econômicos, gerados pela precariedade do contexto social, familiar, pelo fracasso escolar e pelo desrespeito à diversidade presente no contingente étnico, sexual, de gênero e de pessoas com deficiência e Altas Habilidades. (p. 83)

Nessa introdução fica subtendido, pela enumeração dos problemas da continuidade do percurso escolar, que o “fracasso escolar” na Educação de Jovens e Adultos é causado pelos alunos. Para Charlot (2000) “O fracasso escolar não existe; o que existe são alunos fracassados, situações de fracasso, histórias escolares que terminam mal. Esses alunos, essas situações, essas histórias devem ser analisados”. Mais adiante explica que o fracasso escolar “é uma diferença entre alunos, entre currículos, entre estabelecimentos.”

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Lins (2013), tanto a retenção quanto a evasão são elementos que justificam a falta de ação do Governo Federal com a alfabetização de jovens e adultos. Segundo especialistas da área da economia e da filosofia como Theodore Schultz, John Sheeham, Martin Carnoy, Demerval Saviani, não faz sentido investir em situações onde não haverá avanços.

Gadotti (2008) afirma que o “analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego.” (p. 11) Os programas de alfabetização precisam vir agregados a outras políticas sociais. Observe-se ainda que a qualidade na Educação de Jovens e Adultos não resolverá os problemas sociais do país. É preciso criar meios que possam garantir uma alfabetização de qualidade aos cidadãos na idade apropriada, que é na infância. Assim sendo esses não farão parte de estatísticas desanimadoras no futuro.

As lições proporcionadas por essa experiência são fáceis de extrair e difíceis de realizar, pois indicam a necessidade de atuar simultaneamente em quatro direções: (1) articular a alfabetização de

jovens e adultos a outras políticas sociais (de saúde, assistência, trabalho e renda) que favoreçam a mobilização e permanência dos educandos no processo; (2) aperfeiçoar a gestão, agilizando processos e controles; (3) criar condições de ensino e aprendizagem apropriadas, incluindo assistência aos estudantes (merenda, óculos, transporte) e desenvolvimento profissional dos educadores; (4) continuar o processo de alfabetização, assegurando oportunidades para as habilidades de leitura escrita e cálculo. (UNESCO, 2008, p.77)

Paulo Freire foi de fundamental importância no contexto da alfabetização de jovens e adultos sem escolarização. O método Paulo Freire, como informa Veiga (2007), “esteve registrado pela primeira vez no artigo ‘Conscientização e alfabetização’, publicado na *Revista de Cultura da Universidade do Recife*, em junho de 1963.” (p. 308). Galvão e Soares (2010) relembram que Paulo Freire propunha que “a própria realidade do educando estivesse no centro do processo de alfabetização. A partir do conhecimento dessa realidade, o educador selecionaria algumas palavras.” (p.45)

Segundo Lins (2013), a Educação é um direito que está assegurado na nossa Constituição, mas esse direito deveria ser respeitado não apenas abrindo as escolas no período da noite, mas envolvendo o meio social e a comunidade no sentido de facilitar o acesso e garantir a educação permanente. Os recursos financeiros para essa modalidade devem ser bem empregados. Os materiais e as didáticas dos alfabetizadores precisam ter bases concretas e que estimulem o aluno a frequentar as aulas e ter a noção de ser um eterno aprendiz.

Para Lins (2013) se o Governo Federal se omite com a questão do analfabetismo, o que a esfera estadual ou municipal farão em prol dos analfabetos? Como exercer uma educação contínua e progressiva se qualquer atitude em prol da alfabetização tem caráter provisório? Qual a motivação dos alfabetizadores diante do resultado escolar de seus alfabetizandos? Como se sentir acolhido em uma escola que historicamente nega a oportunidade de fazer parte dela?

De acordo com Freire, a participação dos alunos e dos professores em atividades criativas e discussões sobre as vivências das pessoas no processo de interação com palavras geradoras eram elementos fundamentais para o aprimoramento da aprendizagem de leitura e de escrita e para o desenvolvimento dos movimentos populares que abraçaram a causa da alfabetização de pessoas. Para aquele educador era a inserção plena dos alfabetizandos na cultura letrada, já como descrevem Galvão e Soares (2010) “analfabetismo é visto não como causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não igualitária. Por isso, a alfabetização de adultos deveria contribuir para a transformação da realidade social” (p. 44).

O direito à Educação para Jovens e Adultos, aos que não tiveram acesso a escolas, está presente na recente Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009, em que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (p. 246).

As políticas públicas devem sim buscar uma forma adequada e significativa que possibilite ao jovem e ao adulto serem alfabetizados, letrados tornando-se assim sujeitos autônomos. Porém, a única forma de acabar com esses desajustes é fazer com que toda criança seja realmente alfabetizada e letrada na idade adequada. É preciso garantir, viabilizar, concretizar o direito a ler, escrever, inferir, analisar e criticar as crianças brasileiras, para que no futuro jovens e adultos não precisem voltar à escola por não terem tido acesso a mesma na idade correta.

REFERÊNCIAS

DISTRITO FEDERAL (BRASIL). Secretaria de Estado de Educação. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 5ª. Ed. Brasília, 2009. Diretrizes Pedagógicas do Distrito Federal 2009-2013, Ritla. 2008.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 10.ed.

GALVÃO, A. M. O.; SOARES, L. J. G. História da alfabetização de adultos no Brasil.

ALBUQUERQUE, E. B. C. ;LEAL, T. F. (Org.) Alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva do letramento, 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GERMANO, J. W. Estado Militar e Educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 2000.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística-Ibge. Dados do Censo 2010: Disponível em: <<http://www.censo 010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=P6&uf=00>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

SEEDF <<http://www.se.df.gov.br/>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

KLEIMAN, A. B. (org.) Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das letras, 1995.

LINS, A. F. C. A retenção de alunos da educação de jovens e adultos em uma escola pública do distrito federal. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2013.

PAIVA, V. História da educação popular no Brasil, Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyla, 6 ed, 2003.

PEREIRA, M. L. C. A construção do letramento na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2 ed., 2007.

RIBEIRO, V. M. Alfabetismo Funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. Educação & Sociedade, XVIII, nº 60, dezembro 1997.

SAUNER, N. F. M. Alfabetização de adultos: a interpretação de textos acompanhados de imagem. Curitiba: Juruá, 2002.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2003

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 25, Jan./Apr. 2004.

UNESCO, Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: Lições da prática. Brasília: s.e., 2008.